

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 1

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Determinantes do processo decisório da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros

- a) O processo decisório de uma firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros só pode ocorrer em setores com processos não contínuos de produção, isto é, que podem ser fatiados;
- b) para verticalizar, é preciso que os custos com transporte e gestão das várias unidades sejam menores que os ganhos com acesso a insumos mais baratos;
- c) a subcontratação dependerá da qualidade do serviço e da existência de barreiras à operação em outro país.

2 Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio

- a) Entre as principais características das cadeias globais de valor (CGV) e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio (OMC), destaca-se o fato de as cadeias globais de valor implicarem governança de unidades entre vários países, o que dificulta seu enquadramento nas normas vigentes da OMC;
- b) trata-se de comércio em valor adicionado, para o que nem as estatísticas nem as normas vigentes são adequadas;
- c) as negociações multilaterais na OMC não têm avançado, nem comportam elementos novos — como o tratamento de serviços embutidos nos processos produtivos — típicos dos novos processos produtivos.

3 Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos

As barreiras comerciais às importações encarecem a produção interna, distorcem os sinais de preços, penalizando os consumidores e estimulando artificialmente os produtores locais. As barreiras regulatórias têm, na maior parte dos casos, efeitos semelhantes, mas, além disso, tornam proibitivas determinadas transações, como no caso dos serviços requeridos para o processo produtivo de setores específicos.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 2

PADRÃO DE RESPOSTA

As reformas trazidas à tona pelo governo militar nos anos de 1964 e 1965 concentraram-se na reforma do setor público e na reforma tributária, caracterizada esta última pelo novo Código Tributário Nacional, removendo boa parte da cumulatividade dos impostos sobre o consumo. Ao mesmo tempo, uma política gradualista de controle da inflação favoreceu a queda da inflação paralelamente ao crescimento robusto do PIB nos anos vindouros. Por fim, a grande reforma econômica consistiu no fortalecimento do sistema financeiro nacional e na criação de um mercado de capitais. Entre os principais fatos ligados à referida grande reforma econômica que podem ser mencionados estão a criação do Banco Central e a do Conselho Monetário Nacional, em substituição à SUMOC, a criação da Comissão de Valores Mobiliários e a do Banco Nacional da Habitação, cuja principal fonte de recursos seria o também recém-criado Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), voltado à proteção do trabalhador por meio de uma poupança forçada, em caso de demissão, e também ao financiamento habitacional no longo prazo.

Essas reformas possibilitaram a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas, em especial favorecendo setores estratégicos, como projetos de infraestrutura e de exportação. Vários incentivos fiscais e creditícios à exportação auxiliaram o comércio exterior, aquecendo ainda mais a demanda agregada. A fixação do capital estrangeiro no país também foi alvo de incentivos, em vista das reformas supramencionadas. O capital externo, em conformidade com a Instrução 63, também foi usado como fonte de financiamento para o capital de giro de empresas nacionais. Uma política mal direcionada, em certo ponto, foi a do controle de preços, caracterizado pela política de reajuste salarial via correção monetária, cuja adoção continuada acabou por transformar-se em mecanismo de aumento de preços destacado da flutuação de mercado. Ademais, havia a crítica de que os subsídios aos setores exportadores ofereciam proteção excessiva a um setor de certa forma ineficiente, o que prejudicaria o desempenho da economia tanto interna quanto externamente em um futuro próximo.

Com a primeira crise do petróleo em 1973, começaram a ser tomadas as primeiras grandes decisões equivocadas, como a programação de ampla substituição de importações com crédito subsidiado, à custa do aumento das exportações, que acabaram relegadas a segundo plano. Favoreceram essa política várias vantagens momentâneas, como a valorização do câmbio possibilitada pelo dinamismo das exportações nos anos anteriores. O Brasil era uma economia *sui generis*: enquanto os outros países ocidentais estavam adotando políticas restritivas internamente, mas favorecendo a exportação, o governo Geisel incentivava o endividamento externo. A fatura chegou em 1979, com a segunda crise do petróleo. A disposição dos países detentores dos recursos externos que financiavam a continuação do crescimento pelo II PND se esgotou. Com isso, as consequências foram drásticas; desvalorização cambial, déficits correntes, aumento da dívida externa líquida e, por conseguinte, da relação dívida externa líquida/exportações minaram toda a fase de crescimento que perdurara até então. Tudo isso — mais os juros flutuantes das novas dívidas — acabou por fazer explodir a dívida externa brasileira no início da década de 80 do século passado, o que levou o Brasil a um dos piores períodos para a economia nacional.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 3

PADRÃO DE RESPOSTA

1

a) Credibilidade da política monetária: O comprometimento do Banco Central com uma meta de inflação, com possível penalidade em caso de seu descumprimento (exemplo: eventual perda de mandato de seus dirigentes), aumenta a crença dos agentes econômicos de que um menor nível inflacionário representado pela “meta” será perseguido. Na “regra de Taylor” descrita, caso ocorra aumento da “expectativa de inflação” acima da “meta de inflação”, espera-se que o Banco Central aumente também a sua “taxa de juro nominal” para preservar a credibilidade da política monetária.

b) Expectativas dos agentes econômicos: O comprometimento do Banco Central com a meta de inflação diminui a incerteza em relação à inflação futura e, portanto, reduz as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. Essa dinâmica tende a gerar menor nível inflacionário, uma vez que as expectativas de inflação influenciam os potenciais repasses de preços dos agentes econômicos. Na “regra de Taylor” descrita, essa dinâmica levaria ao longo do tempo a menores níveis de “expectativa de inflação” e, portanto, a menores níveis de juros nominais para atingir a “meta de inflação”.

2 Em um regime de metas dual, ao definir uma meta muito ambiciosa para o crescimento do PIB — muito acima do mencionado nível “ideal” de longo prazo, que preserva a estabilidade monetária —, corre-se o risco de o Banco Central adotar um nível de taxas de juro nominal mais baixo do que o suficiente para conter as expectativas de inflação e atingir a meta. O regime de metas poderia perder credibilidade e tornar-se insustentável. Na “regra de Taylor” descrita, a “meta para o PIB” poderia substituir o item “crescimento ideal do PIB de longo prazo”. Quanto mais ambiciosa essa meta de PIB, menores seriam os juros nominais fixados pelo Banco Central e, *ceteris paribus*, menor a capacidade de se atingir uma mesma meta de inflação. A sinalização de uma meta muito ambiciosa para o PIB, em consequência, levaria a uma deterioração nas expectativas dos agentes em relação ao cumprimento da meta de inflação e ao regime de metas como um todo. Em um segundo momento, a “expectativa de inflação” seria elevada e exigiria maiores níveis de juros nominais.

3 Ao conferir mandato fixo para os dirigentes do Banco Central, com períodos distintos daquele do ciclo eleitoral, evita-se o risco de mudança súbita nos rumos da política monetária como decorrência de um novo governo federal. Com a autonomia, os dirigentes não poderiam ser demitidos por um novo presidente da República. Haveria reforço da credibilidade em relação à própria manutenção do regime e ao cumprimento da meta de inflação, mesmo com a transição de governo. As expectativas de inflação dos agentes econômicos, *ceteris paribus*, seriam razoavelmente controladas, mesmo com a incerteza eleitoral, o que contribuiria para reduzir o risco de descumprimento futuro da meta de inflação.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 4

PADRÃO DE RESPOSTA

A receita total de uma firma que, sob concorrência perfeita, venda seu produto a um preço fixo — o preço de equilíbrio de mercado — dependerá apenas da quantidade que vender por esse preço. Por outro lado, seus custos são definidos de acordo com os insumos usados, separados em quatro categorias. Os fatores referentes à terra (terreno, galpão utilizado como sede ou local de produção) têm seu custo representado pelo aluguel, seu custo de oportunidade. Por sua vez, os fatores ligados ao capital (bens de produção em geral, como máquinas, ferramentas e matéria-prima) são remunerados pelos juros, e têm sua parcela dos custos. O trabalho traz, como custo, os salários. Por fim, a capacidade empresarial terá como remuneração pelo seu custo de oportunidade o lucro, que é distinto do lucro econômico, definido este como a diferença entre a receita total obtida com a venda do produto e a soma dos custos ora enumerados. Ou seja, o lucro econômico é um excedente em relação ao lucro necessário para cobrir os custos de oportunidade do empresário, os quais já estão computados no custo da firma.

Para avaliar a possibilidade de a firma produzir ainda que sob prejuízo, é necessário distinguir o curto prazo do longo prazo. Na análise da teoria da produção, a análise de longo prazo é aquela que considera que todos os fatores de produção podem ter variação em sua utilização. Ou seja, no curto prazo, há pelo menos um fator de produção em quantidade fixada. Em termos de custo, isso implica, no curto prazo, a existência de custos fixos. Logo, para analisar quando uma firma sob concorrência perfeita continuará produzindo, ainda que tenha prejuízos no curto prazo, deve-se assumir a existência de custos fixos e custos variáveis.

Uma firma tem prejuízo econômico (ou lucro econômico negativo) quando sua receita total é menor que seu custo total. Em termos unitários, isso significa que seu preço de venda é menor que o custo médio. Caso o preço seja tão pequeno que não passe nem mesmo dos custos variáveis médios, isso significa que o que essa empresa ganha na venda de seu produto não cobre nem mesmo o custo necessário para produzi-lo. Assim, é melhor que encerre suas atividades; seu prejuízo, nesse caso, será limitado ao custo fixo. Todavia, caso o preço de venda ainda seja maior que o custo variável médio, isso significa que essa receita é suficiente para pagar pela parcela do custo devida à produção, além de pagar uma parte dos custos fixos. Ora, se isso ocorre, deixar de produzir fará que a empresa arque com um prejuízo igual à totalidade dos custos fixos; uma situação pior do que manter a receita entre o custo variável e o custo total. Assim, nessa situação específica, a firma deve continuar produzindo, ainda que mantenha prejuízo no curto prazo.